

me I). Foi com Filipe-o-Belo que êsses registros começaram a ser organizados em França, constituindo-se na verdade, mais uma coleção de cartas recebidas e expedidas do que pròpriamente um registro organizado, como as outras chancelarias.

Um registro de chancelaria é a transcrição diária de documentos, de atos notariais da chancelaria real. Êsses registros apresentavam os atos reais em ordem mais ou menos cronológica. Essas transcrições continham o texto do documento e a declaração de serem duplicatas, triplicatas, etc., assinatura do notário, nome de quem mandou fazer o ato e eventualmente mencionava-se o sêlo da autoridade mandatária. O fim visado era o de se saber o que fôra feito e também para se evitar falsificações possíveis. Serviam também para substituir os originais perdidos ou para fornecer certidões dos atos legais. Atualmente todos os atos das chancelarias são registrados, mas isso não acontece na Idade Média e assim muitos documentos não figuram nesses registros, com grande pesar nosso.

Com a publicação dêste primeiro volume quis o Arquivo Nacional de França pôr à disposição dos estudiosos uma longa série de documentos inéditos que sòmente assim podem ser fácilmente manuseados pelo público em geral. Fazemos votos para que a publicação continue e que outros países imitem a França publicando seus documentos de arquivos para proveito geral.

E. SIMÕES DE PAULA

*

* *

ROGERS (Francis M.). — **The Obedience of a King of Portugal**, translated, with commentary. University of Minnesota Press, 1958, Minneapolis.

O trabalho consiste na tradução comentada da oração de Vasco Fernandes de Lucena, prestando obediência do rei de Portugal D. João II ao papa Inocência VIII. Está dividido em cinco partes. Na primeira — O Cenário — que precede o texto, o Autor chama a atenção para as relações entre o papado e os soberanos cristãos na época que seguiu o grande cisma do Ocidente, acontecimento que muito contribuiu para enfraquecer a autoridade pontifícia. Êste enfraquecimento coincide também com o desenvolvimento do nacionalismo dos estados cristãos. Os soberanos continuam a prestar obediência ao Sumo Pontífice, mas esta cerimônia torna-se antes uma formalidade e uma oportunidade para os estados ostentarem seu poder e sua riqueza.

Segue-se o facsimile do discurso de Vasco Fernandes e a sua tradução para o inglês (segunda e terceira parte do trabalho).

Na quarta parte o Autor desenvolve seus comentários sôbre o texto. São comentários de natureza lingüística e literária.

Interessa particularmente ao historiador a quinta parte do estudo do professor Rogers, denominado — **Contribuição ao conhecimento** — na qual é analisada a importância da oração de Vasco Fernandes como fonte histórica para três problemas de ordem histórica:

Primeiro — De natureza religiosa. Trata-se do “milagre” da batalha de Ourique. O Autor faz referência a Pereira de Figueiredo e a Frei Fortunato de São Boaventura, ambos impressionados com a autenticidade do testemunho de Vasco Fernandes a favor do milagre. Analisa também a posição de Alexandre Herculano que rejeita o milagre. Conclui o Autor que a tese de Herculano em relação a oração, senão ao milagre, está de acôrdo com o espirito do discurso de Vasco Fernandes.

Segundo — Êste problema é relativo às descobertas marítimas. Diz o Autor que o primeiro estudioso a chamar a atenção, neste ponto, para a oração de Vasco Fernandes foi o prof. Eugène Déprez, da Universidade de Rennes, no VII Congresso Internacionl de Ciências Históricas realizado em Varsóvia no ano de 1933. Mas o professor Déprez concluiu erroneamente que os portugueses haviam dobrado o cabo da Boa Esperança em 1484 e navegado a costa oriental da África na direção de Melinde. Segundo o Autor investigações posteriores levaram o comandante Abel Fontoura da Costa, na sua obra **As portas da Índia em 1484**, a formular duas hipóteses: a). — Vasco Fernandes relatava uma viagem real que era e continua desconhecida dos historiadores; b). — inferia sinceramente das relações da primeira viagem de Diogo Cão (1482-1484) que o descobridor do Rio Congo havia na realidade atingido a costa da África em algum ponto próximo do Promontório Prassum de Ptolomeu, isto é, Diogo Cão havia alcançado o extremo sul do continente e estava na iminência de entrar no Oceano Índico.

Dois fatos importantes apresentados por Fontoura da Costa reforçam a última conclusão: primeiro, a latitude de 13 1/2 graus S. alcançada por Diogo Cão na sua primeira viagem, cabo Santa Maria, Angola, era **grosso modo** a do Prassum Ptolomeu (15 1/2 graus S.); segundo, o extremo limite atingido por Diogo Cão era na realidade mais de 4.500 milhas italianas (1.125 léguas portuguesas) de Lisboa. Além do mais, e isto Fontoura da Costa não salienta, Vasco Fernandes sabia que estava no reino da conjectura pois, para se proteger, acrescenta “se os mais competentes geógrafos estão apenas dizendo a verdade”. Êle insiste também em dizer que os portugueses **quase** alcançaram o famoso promontório.

O Autor chama a atenção para o fato da ação dos protagonistas nos **Lusíadas** começar justamente no local em que Vasco Fernandes afirma estarem próximos os portugueses em 1484. E continua:

Independentemente ou ignorando a obra de Fontoura da Costa, Richard Hennig examinou a revelação de Déprez em Varsóvia. Rejeitou vigorosamente a aceitação literal das palavras de Vasco Fernandes pelo professor francês. Trabalhando apenas com pobre e incompleta tradução francesa da passagem fornecida por Déprez, Hennig citou o príncipe Yusul Kamal que considerava duvidosas as sensacionais novas. Hennig acreditava serem mais do que duvidosas, investigou e chegou, substancialmente, às mesmas conclusões de Fontoura da Costa.

Por conversas em Lisboa e subsequente correspondência com o comandante Avelino Teixeira da Mota, da Marinha Portuguesa, que presentemente está revendo este assunto, supõe o Autor que as conclusões de Fontoura da Costa e Hennig são geralmente aceitas. O problema de Diogo Cão era de longitude desconhecida ou errada, combinado com a insuspeição da extensão meridional do continente africano. Ele evidentemente compartilhava da convicção de sua época que o continente tinha um limite e que era possível contorná-lo e entrar no Oceano Índico. Este não era mais considerado como um lago cercado de terras.

Ambos, Fontoura da Costa e Hennig, aceitaram a expressão **Arabicus Sinussem** sem discussão, entretanto uma olhadela no atlas de Ptolomeu mostra que Vasco Fernandes tinha em mente e disse **Barbaricus Sinus** que corresponde ao recorte da costa oriental africana em cujo centro se localiza Zanzibar. O **Promontorio Prassum** estava situado na sua extremidade meridional, de tal modo que o orador estaria absolutamente certo se tivesse dito “nossos homens, no ano passado, quase alcançaram o **Promontorio Prassum** onde começa o golfo Barbarico. O **Arabicus Sinus**, ou Mar Vermelho estava situado bem mais ao norte.

Continua Rogers, a expressão **Barbaricus Sinus** é apoiada por uma passagem da oração feita em Beja no dia 1.º de março de 1489, pelo doutor João Teixeira, na presença de D. João II, oração que foi publicada em latim, em Coimbra, em 1562 junto com uma tradução por Miguel Soares:

“Diariamente continuamos avançando, tanto que poderemos alcançar o *Promontorio Prassum*, o *Promontorio Raptum* e as próprias areias do Nilo, pelo qual se atinge as origens do Oceano Índico e tanto que poderemos mesmo alcançar o golfo Barbarico (*Sinum Barbaricum*), e mesmo o Mar Vermelho (*Arabicum*) rico em todos os bens da fortuna e ali será enfim coroada tua grande glória e poderosa fama”.

Barbaricus Sinus é sustentada por uma afirmação na oração dirigida ao rei D. Manuel por Pietro Pasqualigo (uma cópia se encontra na coleção James Ford Bell). Falando da extensão da atividade portuguesa, o Veneziano diz:

“tôda a costa externa da Líbia desde o Oceano Atlântico até o golfo Barbarico (*Barbaricum Sinum*) que se situa junto ao Mar Vermelho (Eritreu), foi explorado por sua ordem e comando”.

E' necessário mencionar um último problema de nomenclatura geográfica, diz o professor Rogers. Em qualquer outra parte da oração, África significa África do Norte. A passagem que discutimos é a única onde a expressão é usada para significar tôda a África. Dificilmente em 1485 estaria Vasco Fernandes se referindo a alguma expedição lusitana ao longo das costas mediterrâneas da África e através do Mar Vermelho. Há dois anos que não se realizava mais este feito.

Sobre este assunto, o notável historiador Damião Peres (**História dos Descobrimentos Portugueses**, páginas 192 a 196), assim se manifesta:

“Para que o Cabo da Boa Esperança estivesse ultrapassado em 1848, observa Fontoura da Costa, mister se torna supor realizada uma viagem paralela à primeira de Diogo Cão. Porém, se tal viagem tivesse sido secreta, seria ilógico a publicidade dada pelo discurso de Lucena; e, não o sendo, torna-se incompreensível a total ausência de referências nas páginas dos cronistas e roteiristas e a inexistência dos correspondentes padrões. Acresce a tudo isso, que já não é pouco, o fato de sensivelmente discordarem as 4.500 milhas italianas apontadas na *Oração* da distância que verdadeiramente separa de Lisboa o Cabo da Boa Esperança”.

“Concordância quase exata é, porém, a das ditas milhas com a distância a que fica de Lisboa o Cabo do Lobo, bem pouco ultrapassado por Diogo Cão na sua viagem de 1482-1484. Acrescente-se que a latitude do Praso, tradicional cabo situado pela geografia ptolomaica no trôço meridional da costa africana oriental, era aproximadamente a do Cabo do Lobo (cerca de 15 graus de latitude sul). Finalmente observe-se como Soligo (Est. LIII) rematou indefinidamente, em linha sinuosa dirigida para Leste, o desenho da costa explorada por Diogo Cão naquela viagem; sem grande esforço de imaginação, dir-se-ia traduzir-se ali, grãficamente, a convicção de que se alongava para leste, e não para o sul da África meridional”.

“De tudo, a conclusão é só uma: não houve em 1484 ultrapassagem do termo austral da África. Porém Diogo Cão, amarrando-se para o sul depois de assentar o *padrão de Santo Agostinho*, avistou a angra mais tarde chamada de *João de Lisboa* (hoje *Lucira Grande*), largamente aberta para leste, e cujo termo já não explorou; iludido por aquela orientação da costa, ilusão que certamente não foi só sua, veio afirmar a D. João II achar-se dado o primeiro grande passo no caminho marítimo para a Índia”.

Terceiro — O discurso de Vasco Fernandes esclarece também em parte, segundo o Autor, as relações entre a Cristandade e as descobertas marítimas dos portugueses. Já em 1917 a historiadora americana, Frances Gardiner Davenport chamava a atenção para o auxílio que a referida oração poderia prestar para esclarecimentos se os cristãos, com os quais os portugueses do século XV se preocupavam, habitavam a Etiópia ou a Ásia.

Portugal herdara o interesse europeu a respeito dos cristãos que habitavam além das regiões islâmicas. A expansão portuguesa foi em parte uma participação na procura de Preste João. Depois do Concílio de Florença a iniciativa da busca transferiu-se do papado aos reis portugueses. Nesse sentido a oração de 1485 é um elo importante na longa cadeia de documentos que revelam o continuado interesse português pelos cristãos de diferentes ritos que viviam além do Crescente.

Numa ampla generalização Vasco Fernandes referia-se claramente aos cristãos de São Tomé, na costa de Malabar, aos cristãos de Preste João da Etiópia, aos cristãos da ilha de Socotra e possivelmente também aos nestorianos da Mesopotâmia e da Pérsia. O orador de D. João II usava a palavra Ásia de maneira lata como sinônimo de Índias procurando, entretanto, aparentemente nunca empregar o vocábulo Índia. Entretanto, em sua época, esta palavra era largamente empregada (por Jacopo Foresti de Bergamo, pelo editor da edição de 1492 da **India Recognita** de Poggio Bracciolini e por Giuliano Dati) para designar a Etiópia e a Índia, terra desses cristãos externos. O termo poderia mesmo compreender Cathay onde também existiam cristãos.

Acredito, entretanto, diz o Autor, que Vasco Fernandes empregou a palavra “Índia” e não “Ásia” e que o impressor confundiu no manuscrito *idiã* por *asiã*.

Afirma-se freqüentemente que os portugueses na área do Gôlfo da Guiné na África Ocidental, ouviram, em meados de 1480, histórias a respeito de um potentado, reinando para os lados de Leste, um certo Cgné que êles imediatamente identificaram como o fabuloso monarca da Etiópia e que em consequência desta notícia D. João II enviou as duas expedições de 1487. O soberano português, entretanto, não necessitava dêsse estímulo local nem estava êle interessado apenas nesta parte da busca concernente a Etiópia. Tendo herdado a dupla visão de seus antepassados D. Pedro e D. Henrique, êle nunca mais a perdeu, assim como depois dêle não perderam D. Manuel e nem mesmo D. João III.

Quer nos parecer que o professor Rogers, neste passo, atribui a D. Pedro e a D. Henrique, a prioridade da iniciativa na descoberta do caminho marítimo para a Índia. Lembramos aqui que notáveis historiadores portugueses, entre êles o erudito professor Duarte Leite, sustentam que pertence a D. João II o plano de, contornando a África, alcançar o país das especiarias.

Continuando, diz o Autor que Bartoloméu Dias partiu em meados de 1487 e retornou no fim de 1488. Dobrou o Cabo da Boa Esperança, mas foi pouco além. Pedro da Covilhã e Afonso de Paiva partiram mais ou menos três meses antes de Dias e tomaram a rota Mediterrâneo-Oriente Próximo no rasto de uma aventura similar mas sem êxito empreendida um ou dois anos antes. Paiva morreu, mas Covilhã terminou a busca: visitou Malabar como a Etiópia, sendo o primeiro europeu a atingir a dupla meta. Infelizmente o Rei dos Reis não o deixou voltar para casa e a busca teve de ser continuada da extremidade europeia.

Qual seja o seu significado para a história da navegação, a viagem de Gama era apenas outro incidente da tentativa milenar para se realizar a unidade e a aliança entre os cristãos. O interesse dos portugueses pelos irmãos de rito oriental persistiu. Todos os três livros das séries de James Ford Bell publicados pela Universidade de Minnesota comprovam-no. A **Cópia de uma Carta do Rei de Portugal enviada ao Rei de Castela**, traduzindo um documento impresso em Roma em 1505 divulga uma antiga informação falsa sôbre os gentios

“de Preste João que êles denominam Abechi em sua língua”

e também notícias sôbre os cristãos de Cochim,

“convertidos por São Tomé e cuja vida apostólica seus sacerdotes seguem com grande devoção e rigor”.

Um escrito publicado em Nuremberg no fim de 1505 ou início de 1506 e que aparece nas séries Bell sob o título **De Lisboa a Calicute** contém uma extraordinária referência em que os apóstolos são confundidos, a Quiloa, na costa de Malabar ao sul de Cochim, onde

“vivem muitos que acreditam nos ensinamentos de São Paulo”.

Notícias do Brasil (Zeitung aus Presilig Landt) constitui um jornal semelhante, originalmente impresso por volta de 1514 narrando uma viagem ao sul da América do Sul, provavelmente em 1514. Seu autor ansiava tanto por contactos com os cristãos de São Tomé que os encontrou mesmo aí.

Um número bem grande de notáveis historiadores sustenta que a carta que D. Manuel enviou em 1505 ao rei de Castela, não passa de documento forjado, destituído de qualquer valor crítico, o mesmo ocorrendo com a **Zeitung aus Presilig Landt**.

Proseguindo, diz o professor Rogers que a dupla procura só se completou em 1520 quando a embaixada de Rodrigo de Lima atravessou a Etiópia e os portugueses abriram o túmulo em Mylapore. A cristandade atingia o seu ápice. O grande momento se deu em 29 de janeiro de 1533, em Bolonha, onde Vasco Fernandes estivera exatamente havia um século. Aí num consistório solene em que se achava presente o imperador Carlos V, o embaixador do rei da Etiópia que na realidade era Francisco Álvares, capelão da embaixada de Rodrigo de Lima, prestou obediência ao papa Clemente VII em nome do Negus. Terminava assim a busca iniciada por Filipe, médico do papa Alexandre III. Completava-se a união doutrinária entre Preste João e seus cristãos. A Europa recebeu fascinada as notícias do grande acontecimento. Infelizmente Preste João, longe de ser o poderoso condutor de exércitos, necessitava êle próprio de auxílio contra os turcos. O Papa procrastinava. Giulio de Medici, tio de Catarina não possuía a **Weltanschung** de Eugénio IV. Êle estava preocupado com seus crentes religiosos cristãos de rito latino, Henrique VIII e Francisco I. Perdia assim o papado renascentista a sua grande oportunidade.

Passa o Autor a analisar o nascente nacionalismo português perturbando as relações entre os cristãos do Ocidente e os do Oriente, pelo zelo português em latinizar todo o cristão que encontrava. Êste nacionalismo se refletia tanto no exclusivismo comercial como no de jurisdição eclesiástica negando a universidade de uma Igreja livre operando independentemente de César. Continuando afirma o professor Rogers que o discurso de obediência de Vasco Fernandes é um documento vital para a história da usurpação do Estado em relação a Igreja. Expressando submissão e obediência ao Santo Padre, já na introdução a oração cuidadosamente sugere que a não submissão e a desobediência ao rei seria um pecado e um crime. O significado das duas primeiras edições reside no fato de que representam um dos primeiros exemplos do uso dos meios de comunicação para inculcar o nacionalismo.

Como se vê, trata-se de um estudo muito interessante que põe em relevo a grande erudição do Autor e o seu processo bastante honesto de cuidar de História.

T. O. MARCONDES DE SOUZA

* * *